



CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS

Comissão Temática para as Questões Sociais e Económicas e dos Fluxos Migratórios (CTSEFM) - Sala do Rei

Lisboa, Palácio das Necessidades, 2 e 3 Maio 2022

ATA DAS REUNIÕES

Antonio de Freitas – Venezuela - Presidente
Gabriel Marques – EUA – Secretário
Gilberto Martins – África do Sul (AUSENTE)
Maria Violante Martins – Argentina (REP por MILU)
Manuel Cardia Lima – França
Armando de Jesus – Macau (AUSENTE)
Manuel Baião Figueira – Suíça

Dia 2

1. Os trabalhos desta Comissão tiveram início pelas 09h00, com as boas-vindas do Presidente da Comissão aos Conselheiros presentes
2. Seguiu-se a aprovação da Ordem de Trabalhos.
3. Foi aprovada por unanimidade. a eleição do Presidente e do Secretário, repetivamente o Conselheiro António de Freitas, da Venezuela e do Conselheiro Gabriel Marques, dos EUA, Secretário..
4. O Presidente pediu que fique anotado que Gilberto Martins faltou as reuniões em Portugal da Comissão, durante o nosso mandato.

5. Nenhuma cópia da ata anterior estava disponível e, portanto, a votação da ata foi adiada.

6. Pelas 10h45, a pedido do Presidente e de acordo com a Ordem de Trabalhos, foi recebido, nesta Comissão, o Dr. Paulo Porto, Adjunto Secretário de Estado para as Comunidades (SECP). Depois das boas-vindas e declaração de abertura do nosso Presidente aos convidados, foram colocadas vários assuntos e o comitê desenvolveu as seguintes preocupações a serem abordadas durante a reunião:
 - a. Esclarecimentos sobre a lei de representação fiscal
 - b. Dúvidas sobre dupla tributação.
 - c. Regulamentação bancária e administração da segurança social.
 - d. A programa Regressar a Portugal e programas sociais (ASIC e ASEC).

7. O Presidente agradeceu a sua presença do Dr. Porto nesta Comissão e realizou uma pausa às 12h00.

8. Pelas 14h20, a pedido do Presidente e de acordo com a Ordem de Trabalhos, foi recebido, nesta Comissão, o Dr. Bernardo Sousa Reis, Chefe de Gabinete do Secretário de Estado para os Assuntos Fiscais. Depois das boas-vindas e declaração de abertura do nosso Presidente aos convidados, foram colocadas várias questões.
 - O Dr. Bernardo começou especificamente sobre a guia fiscal, que terá uma secção genérica e informações específicas do país para os emigrantes que vivem nos países de acolhimento. A iniciativa do guia foi criada durante a reunião desta Comissão em 2018.
 - A comissão colocou várias questões e debateu vários assuntos, incluindo esclarecimentos sobre o representante fiscal, do qual foi determinado, com confirmação, que os cidadãos portugueses residentes no estrangeiro que não exerçam atividades financeiras em Portugal não necessitam de representante financeiro. O Dr. Reis ofereceu-se ainda para esclarecer essa isenção na lei durante a próxima reunião com a AT.

- A comissão abordou também a tributação dos bens mais valias e o IME, cruzado dos dados, solicitou que fosse feita a atualização da guia fiscal com a maior brevidade possível, e solicitou uma breve explicação sobre o funcionamento do eBalcao.
- SECP Adj. O Dr. Porto fez então uma breve intervenção sintetizando as questões e reforçando a posição da SECP.

9. Os trabalho teve uma pausa as 16h00.

10. A Comissão abriu a discussão sobre assuntos da DGACCP. Para o efeito, recebeu a Dra. Rosa Campizes, Diretora de Serviços de Emigração.

- A Dra. Rosa deu-lhe saudou os presentes e começou com uma apresentação preparada sobre ASIC e ASEC.
- A Conselheira MILU, em seguida, discutiu várias situações específicas na Argentina, no que respeita, a benefícios de apoio social acrescentou ainda que os benefícios não são transferíveis para os filhos.
- O Presidente Flavio Martins então perguntou à Dra. Rosa se as informações sobre o financiamento e as estatísticas dos programas pudessem ser enviadas para o site do CCP ou, pelo menos, haver um link com as informações disponíveis no site da DGACCP. Em resposta, a Dra. Rosa concordou com a ideia e disse que trabalharia com o Conselho Permanente para realizar esse pedido.
- A Dra. Rosa informou que os benefícios geralmente são feitos através de cheque, exceto no caso do Brasil, que é via eletrônica. Esclareceu ainda que é este mecanismo e feito principalmente por razões de fraude e abuso, incluindo onde os cidadãos estão a receber benefícios duplos com seu país de residencia.
- O Conselheiro Manuel Figueida pediu então esclarecimentos entre ASEC e ASIC, aos quais a Dra. Rosa respondeu com os detalhes usuais disponíveis na apresentação.
- O Presidente Antonio de Freitas mencionou a revisão de 2010 à lei e solicitou mais informações sobre a situação na Venezuela.

- Dra. Rosa explicou que os nomes não são divulgados, mas que disponibilizaria estatísticas que a comissão poderia usar para avaliar melhor os programas. Acrescentou ainda que, no caso da Venezuela, há vários casos de fraude e benefícios duplos que prejudicam o sucesso do programa no país.
- A Conselheira MILU mencionou situações semelhantes na Argentina.

11. O Presidente agradeceu mais uma vez a presença Dra. Rosa Campizes a sua presença nesta Comissão.

12. Os trabalhos terminaram pelas 18h30.

Dia 3 – Sala do Rei

1. Os trabalhos tiveram início pelas 9h30, com as boas-vindas do Presidente.
2. A Comissão abriu a discussão sobre assuntos do Ensino Superior. Para o efeito, recebeu a Dra. Angela Goncalves, Sub-Diretora do Ensino Superior. Os seguintes foram os pontos principais da discussão:
 - A Dra. Goncalves começou com um resumo de reserva de vagas no Ensino Superior para emigrantes e luso-descendentes e equivalência de diplomas superiores em Portugal.
 - 12k requisitos desde 2019, por cidadãos.
 - Brasil, Lux, Alemanha, UK, EUA, Espanha, VEN os maiores.
 - 4.472 aplicações foram aceites. Sendo 33.4% licenciados, 24% grau mestre, 21,7% Doutoramento, técnicos 17%.
 - MILU adicionou que arquitetos e engenheiros, mais fácil que as outras. As equivalências na saúde são mais difícil de obter.
 - O nosso Presidente acrescentou que equivalências oferecidas os refugados Ucrrianos em frente de outros.

- MILU solicitou uma melhoria na comunicação sobre informação para jovens.
 - O ponto final foi feito que equivalência de uma profissão é diferente de equivalência de diploma.
3. O Presidente agradeceu mais uma vez a presença da Dra. Angela Goncalves a sua presença nesta Comissão.
4. Pelas 11h15, a Comissão deu as boas-vindas ao Dr. Gabriel Bastos, Secretario de Estado de Segurança Social. Os seguintes foram os pontos principais da discussão:
- Pensões e Reformas e quem vive no estrangeiro – concessão e pagamentos atempados.
 - Criação de novo postos em 5 pais EU (UK, Swiss, Alemanha, Franca, Espanha) e 1 em Timor leste.
 - Criação de Conselho Consultivo por coordenação internacional de segurança social.
 - Dr. Bastos apontou a falta de recursos para ter um funcionário e qualquer pais do mundo.
 - MILU afirmou que era importante fazer uma distinção dentre funcionários nas embaixadas e do funcionário de DG de Segurança Social nas embaixadas.
 - Resumo dos direitos dos emigrantes a pensões e Portugal.
 - MF comunicação com o gabinete SS, poderia ser melhor e SESS concordava.
13. O Presidente agradeceu mais uma vez a presença do Dr. Bastos nesta Comissão.
14. A Comissão realizou uma pausa para almoço às 12h00.
15. Pelas 14h30, a Comissão deu as boas-vindas a Diretora Carlota Vega de Secretaria de Estado da Igualdade e Migrações. Os seguintes foram os pontos principais da discussão:

- Dra. Vega forneceu um resumo dos fluxos da emigração nos últimos anos e o censo das Comunidades.
 - O Presidente mandou quevamos inclui na ata, por referencia, o relatório do ano anterior.
 - Dra. Vega notou que diminui imigração para Portugal devido a pandemia, e a maior parte do imigração vem do Franca, Suica, UK e dentro a EU. Fora de Portugal, Moçambique, Canadá, Venezuela.
 - O comitê discutiu e destacou jovens não ficam em Portugal, por maior parte porque de salários baixos e menos oportunidades.
 - A comissão concluiu com uma discussão sobre dificuldades de imigrar para e viver em Portugal
16. A reunião terminou pelas 16h45.

Antonio de Freitas
Presidente

Gabriel Marques
Secretário

CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS

Comissão Temática para as Questões Sociais e Económicas e dos Fluxos Migratórios (CTSEFM) - Sala do Rei

Lisboa, Palacio das Necessidades, 2 e 3 Maio 2022

Conclusões

A Comissão Temática do Conselho das Comunidades Portuguesas (CCP) para os Assuntos Sociais Economias e dos Fluxos Migratórios (CTQSEFM), reunida em Lisboa na MNE nos dias 2 e 3 de Maio de 2022 e uma vez efetuados os encontros com os distintos convidados e personalidades que estiverem presentes, considera importante apresentar as seguintes conclusões ao Conselho Permanente do Conselho das Comunidades Portuguesas para que sejam avaliadas, analisados e se assim o entenderem serem devidamente difundidas.

A comissão, apoiou as seguintes recomendações:

1. A comissão pediu esclarecimento das três categorias cobertas pela lei que obriga ao Represente Fiscal:
 - a. Alguém a viver no estrangeiro que tem arrendamentos em Portugal
 - b. Cidadão que deixou de ser residente em Portugal.
 - c. Duplo cidadão que nunca viveu em Portugal, sem bens em Portugal.

O Chefe do Gabinete do SE dos Assuntos Fiscais Bernardo Reis esclareceu que o primeiro ponto em cima (a) precisa de Representante Fiscal, e o ponto (c) não precisa de Representante Fiscal, os quais passaram sem protesto desta Comissão.

A Comissão solicitou a eliminação do requerimento do Representante Fiscal para Cidadãos que deixam de ser residentes em Portugal sem bens em Portugal, com o qual o Dr. Reis concordou e acrescentou que até dia 3 de Maio ia haver uma reunião com a Autoridade Tributaria sobre este tema.

2. Ato seguido esta Comissão recebeu a Dra. Rosa Campizes da DGACCP, quem atenciosamente se disponibilizou para esclarecer dúvidas referentes aos apoios sociais. Esta Comissão concluiu que continua a haver problemas com a celeridade dos processos na obtenção dos subsídios do ASIC e ASEC.
3. Esta Comissão concordou totalmente com a sugestão do Sr. Secretario de Estado para a Segurança Social, Dr. Gabriel Bastos, na criação do Conselho Consultivo da Segurança Social, no qual irão estar inseridos dois Conselheiros das Comunidades Portuguesas.

Também solicitou ao Dr. Bastos para que o posto de Adido Social da Segurança Social fosse expandido a todos os países donde a nossa comunidade se encontre presente.

4. No encontro com a Dra. Ângela Goncalves, pudemos observar que não obstante haver mais celeridade na obtenção dos reconhecimentos dos diplomas do nível superior, as ordens profissionais continuam a ser um problema para a acreditação.

Lisboa, MNE, 3 de Maio de 2022

Antonio de Freitas
Presidente

Gabriel Marques
Secretario